



Tribunal de Contas
Mato Grosso

1ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-2999

E-mail: primeirasecex@tce.mt.gov.br

**RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DE DEFESA
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

PROCESSO:	274062/2019
PRINCIPAL:	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPA
GESTOR:	OMAR ANTONIO CHISTE
ASSUNTO:	APOSENTADORIA/REFORMA/RESERVAS
INTERESSADO:	NERCI SINHORIN BOGGIO
RELATOR:	MOISES MACIEL
EQUIPE TÉCNICA:	MARIA EDILEUZA DOS SANTOS METELLO
NÚMERO DA O.S.	5247/2022

APLIC/ControlP



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ANÁLISE DE DEFESA	1
3. CONCLUSÃO	4
APÊNDICE - A - INFORMAÇÃO TÉCNICA, PARECER E DECISÃO	5



1. INTRODUÇÃO

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no artigo 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como nos artigos 10, inciso XXIII, e 211, inciso II da Resolução 16, de 14 de dezembro de 2021, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apresenta-se o Relatório Técnico de Defesa referente à Aposentadoria por Idade, com proventos proporcionais a média de contribuição da Sra. NERCI SINHORIN BOGGIO, cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, classe/nível " A-02 ", lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, no município de MATUPÁ/MT.

2. ANÁLISE DE DEFESA

Em análise preliminar foi constatada que houve a ocorrência de irregularidade no processo de concessão de benefício previdenciário, conforme apresenta-se a seguir:

OMAR ANTONIO CHISTE - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

1) LB15 RPPS_GRAVE_15. Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) Encaminhar o número do protocolo do processo seletivo público (que admitiu a servidora no cargo de Agente Comunitário de Saúde) que foi encaminhado ao TCE para registro. - Tópico - 1. INTRODUÇÃO

Devidamente notificado (documento digital 31828/2020) o gestor responsável apresentou manifestação (documento digital 50738/2020) informando que a servidora foi nomeada por ter sido aprovada pelo processo seletivo público nº 002/2007.

A Equipe Técnica no **primeiro relatório técnico de defesa** (documento digital 71311/2020) afirmou que após pesquisas efetuadas no sistema Control-P, desta Corte de Contas, não se constatou nenhum processo Seletivo Público e/ou Concurso Público nº 002/2007, razão pela qual referido processo não teria sido enviado a esta Corte de Contas para registro. Por isso manteve o seguinte apontamento:

OMAR ANTONIO CHISTE - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

1) LA06 RPPS_GRAVÍSSIMA_06. Concessão ilegal de benefícios previdenciários (arts. 40 e 142 da Constituição Federal; art. 5º da Lei nº 9.717/98).

1.1) Após pesquisas efetuadas no sistema Control'P desta Corte de Contas, observou-se que não consta nenhum processo Seletivo Público e/ou Concurso Público nº 002/2007. Portanto o mesmo não foi enviado a esta Corte de Contas para registro. - Tópico - 2.



Análise de Defesa

Após notificado o gestor apresentou nova manifestação (documento digital 158632/2020) informando que encaminhou o Processo Seletivo Público nº 002/2007, e o mesmo foi protocolado com o nº 128724/2020.

Diante a manifestação, a equipe técnica juntou o **segundo relatório técnico de defesa** (documento digital 168456/2020) afirmando que após novas pesquisas realizadas no Sistema Control'P foi verificado que o Processo Seletivo Público nº 002/2007 fora enviado ao TCE/MT, fora protocolado com o nº 128724/2020, e após conferido, constatou-se o nome da servidora Nerci Sinhorin Boggio na lista de aprovados do referido processo.

Na análise a Equipe Técnica constatou a pendência da análise de registro do Processo Seletivo Público e manifestou-se alegando o seguinte:

" Conclui-se que no tocante a competência da Secex de Previdência de análise da legalidade do benefício previdenciário, concedido por meio da Portaria 087/2019, houve o cumprimento dos requisitos constitucionais, estando apto para REGISTRO da portaria 087/2019 e da legalidade da planilha no valor de R\$ 998,00, exceto, quanto a comprovação da regularidade na investidura, visto que o Processo Seletivo Público nº 002/2007 está pendente de julgamento, sendo a instrução técnica de competência da Secex Pessoal.

Desse modo, diante da conclusão da instrução técnica da Secex de Previdência, se no julgamento do referido Processo Seletivo Público, este for considerado registrado, o presente processo de benefício previdenciário também poderá ser julgado na mesma condição. Havendo o não conhecimento ou denegação do Processo Seletivo Público, então sugere-se a denegação do processo de benefício previdenciário.

Ressalta-se que, diante da decisão proferida pelo STF mediante o Tema 445 (RE 636553), aplica-se o prazo de 05 anos para os Tribunais de Contas exercerem o direito de reformar atos de benefícios previdenciários. No presente processo, o prazo se extinguirá em 27/09/2024.

Portanto, diante da finalização da instrução técnica de competência desta Secretaria de Previdência, seguem os autos para aguardar o julgamento do referido Processo Seletivo Público.

Os autos foram encaminhados à Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal para manifestar quanto ao Processo Seletivo Público 002/2007 afim de se comprovar a regularidade do ingresso da interessada.

De acordo com o despacho (Doc. Digital: 134281/2021) proveniente da Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, o qual constatou que o certame trata-se de Contratação de Agentes Comunitários de Saúde, referente ao Processo Seletivo Simplificado. E que a classificação na seleção gera o direito à contratação por meio de contrato temporário por dois anos.

A Equipe Técnica ressaltou no **terceiro relatório técnico de defesa** que a requerente não tem vínculo permanente com o RPPS, não é detentora de cargo efetivo, e concluiu pela **DENEGACÃO DO REGISTRO DA SUA APOSENTADORIA**.



Os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para a emissão de parecer, contudo após análise dos fatos e fundamentos, o douto Procurador de Contas, Dr. William de Almeida Brito Júnior, converteu a elaboração do parecer em pedido de diligência (Doc. Digital 1151-2022) e, sugeriu o quanto segue:

(...)

42. Enfim, a delicadeza da situação demanda mais atenção, seja pela denegação de um benefício já concedido a tempo considerável, seja por que, com todo respeito às opiniões diversas, ao que tudo indica o Processo Seletivo Público nº 002/2007 não deveria ter sido desqualificado para processo seletivo simplificado.

43. Tudo isso faz com que este Ministério Público de Contas entenda pela necessidade de conversão do parecer em Diligência.

44. Assim, diante da fundamentação supra, bem como da legítima expectativa da situação patrimonial adquirida desde a concessão do benefício, depreende-se que, por medida de razoabilidade, deve ser aberta prévia oportunidade de manifestação ao beneficiário.

45. Deste modo, o Ministério Público de Contas, com espeque no art. 100 do Regimento Interno do TCE/MT (RITCE/MT) e com fulcro nos princípios insculpidos no art. 137, c e d (ampla defesa e contraditório), e h (razoável duração do processo), todos do RITCE/MT, converte a elaboração de Parecer em Pedido de Diligência a fim de que seja determinada a citação da Sra. Nerci Senhorin Boggio para manifestação nos autos.

46. Por fim, após a adoção da providência sugerida e nova manifestação técnica, requer o retorno dos autos para emissão de parecer ministerial, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Extraí-se das manifestações: a equipe opinou pela denegação do registro, pois conforme a sua avaliação a requerente não tem vínculo permanente com o RPPS, não é detentora de cargo efetivo. O Ministério Público de Contas sugeriu a citação da segurada, pois, conforme fora denotado por esse a irregularidade que estaria a recair sobre a aposentadoria da segurada, ou seja, o único e exclusivo motivo de denegação de registro de aposentadoria, é o fato de ter sido aprovada em processo seletivo simplificado, em vez de processo seletivo público.

Pois bem, de acordo com a Certidão para fins de Aposentadoria e Pensão da Requerente verificou-se que prestou serviço como contratada (Agente Comunitária de Saúde) para a Prefeitura do período de 01/02/2002 a 31/07/2014 (Celetista), conforme Certidão do INSS. Foi aprovada no Processo Seletivo 002/2007 passando para o Regime Estatutário, período de 01/08/2014 a 12/08/2019, conforme informação encaminhada a este Tribunal (Doc. Digital 50738/2020).

Ao consultar o Processo 12.872-4/2020, que se encontra arquivado, verificou-se que na análise do Edital do Processo Seletivo Público nº 002/200, a equipe técnica informou que se tratava de Processo Seletivo Simplificado, contudo, esse cumpriu as características de Processo Seletivo Público, embora tenha sido denominado de Processo Simplificado, conforme dados extraídos do próprio edital, anexados ao Documento Externo nº 154721/2020.

Em 09/06/2021 a unidade de instrução desse processo sugeriu o seu arquivamento (doc. 133678/2021), em razão da perda de objeto uma vez que o art. 90, I, "a" e "b", do Regimento Interno TCE/MT, deixou de prever o registro dos atos relativos aos processos seletivos simplificados, ou o seu sobrestamento considerando o que dispõe a Decisão de Colegiado de Membros 02/2016.



O Ministério Público de Contas, mediante o Parecer 3.640/2021 (doc. 170754/2021), acompanhou o posicionamento da Unidade de Instrução e opinou pelo arquivamento dos autos.

Em 10/08/2021 o Conselheiro Relator, considerando o despacho do Secretário (doc. 133678/2021), bem como o Parecer Ministerial 3.640/2021 (doc. 170754/2021) e não havendo mais providências a serem adotadas no processo determinou o envio ao Serviço de Arquivo.

Diante do exposto e considerando que: a) A Secex de Previdência na análise da legalidade do benefício previdenciário concluiu que houve o cumprimento dos requisitos constitucionais, estando apto para REGISTRO a portaria 087/2019 e legalidade da planilha no valor de R\$ 998,00; b) que a beneficiária contribuiu para o RPPS e não pode ser penalizada; c) que o processo foi composto de provas e títulos, cumprindo a característica de Processo Seletivo Público; e d) o Processo Seletivo simplificado fora arquivado em razão da perda de objeto uma vez que o art. 90, I, "a" e "b", do Regimento Interno TCE/MT, deixou de prever o registro dos atos relativos aos processos seletivos simplificados, ou o seu sobrestamento considerando o que dispõe a Decisão de Colegiado de Membros 02/2016 considera-se SANADA A IRREGULARIDADE.

Por fim, salvo melhor juízo, solicita-se que seja reconsiderada a citação da Sra. ERCI SINHORIN BOGGIO, segurada.

3. CONCLUSÃO

Por fim, com fulcro do art. 100 da Resolução 16/2021, sugerimos ao Conselheiro Relator:

- a) Registro da Portaria 087 de 15 de agosto de 2019;
- b) Legalidade da planilha de proventos no valor de R\$ 998,00

Em Cuiabá-MT, 18 de Agosto de 2022.

MARIA EDILEUZA DOS SANTOS METELLO
TECNICO DE CONTROLE PUBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas
Mato Grosso

1ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-2999

E-mail: primeirasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - INFORMAÇÃO TÉCNICA, PARECER E DECISÃO

APÊNDICE - A

INFORMAÇÃO TÉCNICA, PARECER E DECISÃO



PROCESSO	:	128724/2020
PRINCIPAL	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ASSUNTO	:	PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
DESCRIÇÃO	:	ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 002/2007
RELATOR	:	CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO
AUDITOR	:	CLEU BORELLI

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Senhor Secretário,

Trata-se, inicialmente, o presente autos, de Processo Seletivo Público nº 002/2007, da Prefeitura Municipal de Matupá, para a contratação de Agente Comunitário de Saúde – ACS.

No entanto, em análise ao Edital do Processo Seletivo Público nº 002/2007, verificou-se que o mesmo **trata-se de processo seletivo simplificado para a contratação temporária** de excepcional interesse publico, conforme dados extraídos do próprio edital, anexados ao Documento Externo nº 154721/2020, a seguir destacados:

Do Preâmbulo do Edital: PROCESSO SELETIVO PÚBLICO **PARA CONTRATAÇÃO** DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE;

Item 11: DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Subitem: A classificação na seleção **não gera o direito à contratação**;

Item 12: DA CONTRATAÇÃO

Subitem 12.1: **Serão contratados os candidatos** que concluírem o Curso Introdutório de Formação Inicial para Agentes Comunitários de Saúde. (....)

Subitem 12.3. A **contratação dar-se-á com a assinatura do contrato temporário por dois anos**





Desse forma, em face que **a presente matéria efetivamente refere-se a Processo Seletivo Simplificado nº 002/2007 – Por Tempo Determinado** e, considerando o disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I, do artigo 90 da Resolução nº 14/2007, que deixou de prever o registro dos atos relativos aos processos seletivos simplificados, sugere-se ao Conselheiro Relator **o arquivamento** do presente feito, devido a perda de objeto, **ou o sobrestamento** dos autos, considerando o disposto na Decisão do Colegiado de Membros nº 02/2016.

DOS ENCAMINHAMENTOS:

Diante do exposto, conforme artigo 89, inciso X, combinado com o artigo 204 da Resolução nº 14/2007, que instituiu o Regimento Interno, nos termos da Lei Complementar nº 269/2007, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **sugere-se** ao Exmo. Conselheiro Relator que seja DETERMINADO:

- a **retificação do ASSUNTO na capa de rosto eletrônica do presente feito**, ao invés de constar erroneamente PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, para o correto: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;

- a **retificação da DESCRIÇÃO na capa de rosto eletrônica do presente feito**, ao invés de constar erroneamente ABERTURA DO CERTAME REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO NR 002/2007, para o correto: ABERTURA DO CERTAME REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO NR 002/2007;

- **o arquivamento** do presente feito, devido a perda de objeto, **ou o sobrestamento** dos autos, considerando o disposto na Decisão do Colegiado de Membros nº 02/2016, que determinou o sobrestamento dos Processos Seletivos Simplificados;

- anexar a presente Análise Técnica ao Processo de Aposentadoria nº 274062/2019, para subsidiar a análise de aposentadoria da Sra. NERCI SINHORIN BOGGIO, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, classe/nível "A-02", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no município de MATUPÁ/MT.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ATOS DE PESSOAL**

Telefones: (65) 3613-7590 / 7187

e-mail: secex-pessoal@tce.mt.gov.br

É o relatório.

Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, Cuiabá-MT, 09/06/2021.

CLEU BORELLI

Auditor Público Externo





PROCESSO : 12.872-4/2020
PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
GESTOR : VALTER MIOTTO FERREIRA
ASSUNTO : PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM

DESPACHO

Tratam os autos da análise de Processo Seletivo Simplificado, edital 002/2007, da Prefeitura Municipal de Matupá.

Após análise da documentação, a unidade de instrução competente sugeriu o arquivamento (doc. 133678/2021), em razão da perda de objeto uma vez que o art. 90, I, “a” e “b”, do Regimento Interno TCE/MT, deixou de prever o registro dos atos relativos aos processos seletivos simplificados, ou o seu sobrestamento considerando o que dispõe a Decisão de Colegiado de Membros 02/2016.

Na forma regimental, o Ministério Público de Contas, mediante o Parecer 3.640/2021 (doc. 170754/2021), acompanhou o posicionamento da Unidade de Instrução e opinou pelo arquivamento dos autos.

Considerando o despacho do Secretário (doc. 133678/2021), bem como o Parecer Ministerial 3.640/2021 (doc. 170754/2021) e não havendo mais providências a serem adotadas neste processo, determino o envio ao Serviço de Arquivo desta Corte.

Cuiabá, 10 de agosto de 2021.

*(assinatura digital)*¹

DENISE SUSZEK DA SILVA

Chefe de Gabinete do
Conselheiro Antonio Joaquim

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT. Portaria TCE-MT nº 098/2021





PROCESSO Nº : 128724/2020 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO : PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
UNIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATOR (A) : CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO

PARECER Nº 3.640/2021

EMENTA: REGISTRO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ. DESNECESSIDADE DE APRECIÇÃO. PARECER MINISTERIAL PELO ARQUIVAMENTO.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de análise de regularidade do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2007, da Prefeitura Municipal de Matupá.
2. Em análise à documentação encaminhada pelo ente, a Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu relatório técnico sugerindo o arquivamento do feito tendo em mira que o artigo 90, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal) deixou de prever a obrigatoriedade do registro de todos atos relativos aos processos seletivos simplificados.
3. Vieram os autos para manifestação ministerial.

2. FUNDAMENTAÇÃO

4. Conforme mencionado pela Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, o artigo 90 da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal) deixou de prever a obrigatoriedade do registro de todos atos relativos aos processos seletivos





simplificados, de modo que, o **Ministério Público de Contas**, em consonância com a unidade técnica, manifesta-se pelo arquivamento dos autos.

3. CONCLUSÃO

5. Dessa maneira, o Ministério Público de Contas, no uso de suas atribuições institucionais, manifesta-se pelo **arquivamento** dos autos.

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 30 de julho de 2021.

(assinatura digital)¹
GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO
Procurador de Contas

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

